

LOWY, M. *Franz Kafka: sonbador insubmisso*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Azougue Editorial, 2005, 208p.

Diogo da Silva Roiz¹

Franz Kafka (1883-1924): entre a rebeldia e a insubmissão

Pode-se ainda dizer algo novo sobre Kafka? Este livro aposta nisso. Parece-me, com efeito, que é tempo de lançar sobre essa obra um olhar diferente, para captar seu fascinante poder de insubmissão (LOWY, 2005, p. 7).

É com o objetivo de descortinar o ‘poder de insubmissão’ presente nos textos de Kafka, que Michel Löwy empreendeu sua pesquisa. Foi seguindo as pistas lançadas pelas obras de Walter Benjamin (para o qual Kafka deve ser lido aos poucos, com atenção e sem nenhuma pressa, em função dos labirintos que esta pode conter, ao mesmo tempo em que não se limita a eles), de Theodor Adorno (que **percebeu nela um ‘tom libertário’**), de **Leandro Konder (por destacar sua dimensão política e filosófica)**, de Maurício Tragtenberg (por perceber sua crítica aos sistemas burocráticos) e de Milan Kundera (ao apontar os fios de uma possível ligação de um ‘íntimo totalitarismo familiar’ presente em sua construção narrativa), juntamente com os apontamentos de Hannah Arendt, Marthe Robert, Rosemarie Ferenczi e Marina Cavarocci-Arbib (que, para ele, propuseram leituras mais criativas e interessantes de sua obra, do que muitos ‘homens’), que este, na contramão da literatura ‘secundária’ e ‘terciária’, do autor e de sua obra, propôs uma interpretação atenta aos momentos e as circunstâncias que o ligariam ao anarquismo e à crítica a toda burocracia, de cunho estatal, que oprimiria os ‘indivíduos’ e os ‘trabalhadores’ em geral. Para ele, muitas leituras da obra já foram propostas, a exemplo das que prescrevem:

1. leituras estritamente literárias, que, deliberadamente, se limitam ao texto, ignorando o ‘contexto’;
2. leituras biográficas, psicológicas, e psicanalíticas;
3. leituras teológicas, metafísicas e religiosas;
4. leituras pelo ângulo da identidade judaica;
5. leituras sociopolíticas;
6. leituras pós-modernas, que desembocam, em geral, na conclusão de que a significação dos escritos de Kafka é ‘indecidível’ (2005, p. 8).

Ainda assim, a maioria das leituras de cunho secundário ou terciário desperceberam, ou ainda descartaram, o seu caráter ‘libertário’, ‘insubmisso’ e ‘anárquico’. Por isso mesmo, ele partiu de uma leitura ligada à corrente ‘sociopolítica’ para apreender e demonstrar que esta questão, ao contrário de aparecer apenas de forma secundária na obra, ela fundamenta ‘um *fio vermelho*’ sobre o qual o autor lançou a sua crítica aos sistemas, e “que permite ligar a revolta contra o pai, a religião da liberdade (de inspiração judaica heterodoxa) e o protesto (de inspiração libertária) contra o poder moral dos aparelhos

burocráticos: o *antiautoritarismo*” (p. 11). Mas que poderá parecer irrelevante se nos limitarmos apenas às questões teológicas, psicológicas, edípicas, que apesar de aparecerem como ‘negadas-conservadas-ultrapassadas’, num sentido dialético, aprisionar-se-iam sob um olhar de submissão, ao qual o autor teria se aprisionado em sua existência. Não é sem razão, portanto, que ele se questiona: se não seria o momento de propor ‘leituras quaternárias’ do autor e da obra. Portanto:

Penso não me antecipar demasiado ao afirmar que essa leitura de Kafka – deixando-se guiar pelo ‘fio de Ariadne’ do labirinto kafkiano, que é o desejo de liberdade – é nova. Em todo caso, nada encontrei de análogo na literatura secundária. O que encontrei em certas interpretações foi pistas, fragmentos, intuições, algumas passagens, que cito – confesso que, as vezes, extraídas de seu contexto – como arrimo de minha argumentação. Mas em lugar algum encontrei uma análise sistemática da sua obra pelo ângulo da paixão antiautoritária que a atravessa como uma corrente elétrica. [...] Essa interpretação não têm, pois, vocação alguma para ser exaustiva. Trata-se mais de um ensaio, de uma tentativa de pôr em evidência a dimensão formidavelmente crítica e subversiva da obra de Kafka, tantas vezes ocultada. [...] A leitura ‘política’ proposta aqui evidentemente é parcial: o universo de Kafka é rico, complexo e multiforme demais para ser redutível a uma fórmula única. [...] A palavra ‘política’ é muito pouco apropriada, de resto. O que interessa a Kafka está muito distante do que se designa habitualmente por esse termo: os partidos políticos, as eleições, as instituições, os regimes constitucionais etc. O termo ‘crítica’ talvez fosse mais adequado. Essa dimensão crítica é amiúde eclipsada por um certo tipo de interpretação acadêmica (p. 12-13).

Para ele:

Kafka não produz discursos, ele cria personagens e situações e exprime, em sua obra, sentimentos, atitudes [...]. O mundo simbólico da literatura é irredutível ao mundo discursivo das ideologias; a obra literária não é um sistema conceitual abstrato, na trilha das doutrinas filosóficas e políticas, mas criação de um universo imaginário concreto de personagens e coisas (2005, p. 19).

O que não nos impede de inquirir seus elos subterrâneos com a realidade que lhe deu base, e a fez surgir, e aos questionamentos que ela tenta refletir. Não é por acaso, que Löwy procurará reconstruir as leituras e os encontros de Kafka com o anarquismo e os movimentos de esquerda na Praga do final do século XIX e início do XX, e de que modo essas leituras e encontros, incentivados por Max Brod, lhe serviram como uma inspiração para pensar os dilemas de sua época. Por isso, para ele, existia uma “*sede infinita de liberdade em todas as direções*: não haveria modo melhor de descrever o *fio vermelho* que atravessa tanto a vida quanto a obra – tragicamente inacabada – de Kafka – sobretudo a do período que se inicia em 1912 – e lhes confere uma extraordinária coerência” (p. 55). Mesmo se considerarmos que “Kafka estava longe de ser um ‘anarquista’, mas o antiautoritarismo – de origem romântica e libertária – atravessa o conjunto de sua obra romântica e libertária, *num movimento de universalização e de abstração crescente do poder*: da autoridade paterna e pessoal até a autoridade administrativa e anônima” (p. 59). Por outro lado, os “romances de Kafka não são, evidentemente, portadores de qualquer ‘mensagem’ política ou doutrinária, mas exprimem um certo estado de espírito antiautoritário, uma distância crítica e irônica das hierarquias de poder burocrático e jurídicas” (p. 119).

Nesse sentido, que Michel Löwy defende uma *leitura revolucionária* de Kafka e de sua obra, abordando os fios subterrâneos que a ligariam a movimentos de esquerda, com forte expressão no anarquismo, aos quais fundamentariam uma reação de insubmissão em sua ‘criação literária’ e em seus

‘personagens’ (em maior ou menor proporção). Por esse motivo, a “contribuição de Kafka, pelos meios da literatura, é um universo imaginário singular, que não ‘reflete’ a realidade, mas a ilumina com uma luz nova, incomparavelmente poderosa” (p. 93). Em “*O processo* e *O castelo*, é a autoridade impessoal e hierárquica do aparelho de Estado – jurídico ou administrativo – que ocupa a posição central”, tendo em vista que o “conflito com a tirania paterna não é esquecida, mas [...] suprimido-conservado-superado – nesse novo enfoque” (p. 94). Neste aspecto, Kafka teria a “sensibilidade do pária-rebelde na história da cultura judaica moderna” (p. 103), ainda mais que ele “jamais escondeu sua admiração pelos personagens que têm a coragem de seguir seu próprio caminho, ultrapassando as interdições convencionais” (p. 149), e:

[...] ele vivenciou esse processo não simplesmente como judeu, mas também como espírito universal, descobrindo na experiência judaica a quintessência da experiência humana na época moderna. Em *O processo*, o herói Joseph K. não tem nacionalidade ou religião determinada: a própria escolha de uma simples inicial no lugar do nome do personagem reforça sua identidade universal: ele é o representante por excelência das vítimas da máquina legal do Estado (p. 117).

Para ele, a própria “redenção messiânica será obra dos [...] seres humanos, no momento em que, seguindo sua própria lei interna, eles fizerem ruir os constrangimentos e autoridades exteriores; a vinda do Messias seria somente a sanção religiosa de uma auto-redenção humana – ou pelo menos esta seria a preparação, a pré-condição da era messiânica da liberdade absoluta” (p. 154). Portanto:

O que ele põe em questão (como os anarquistas) são os fundamentos despóticos do Estado moderno, com seu aparelho democrático, hierárquico e impessoal, autoritário e alienado. E faz isso com sua arma preferida: a ironia. Ou, mais precisamente, o humor negro, no sentido em que o entendiam os surrealistas, que é uma das dimensões essenciais dessa obra inacabada (p. 163).

Assim, “o universo ‘kafkiano’ desvelado em seus romances compartilha [...] a transformação, na civilização ocidental moderna, da racionalidade em seu contrário” (p. 207). A tentativa, desse modo, de Löwy apresentar um Kafka ‘insubmisso’, um ‘pária-rebelde’ que não se limitava a propor uma saída messiânica para a humanidade, dado que esta saída se conformaria no interior de uma atitude de ‘emancipação’ para a liberdade, efetuada pelos indivíduos (personagens), recompõem os nexos subterrâneos, e muitas vezes despercebidos, de um projeto complexo, ambíguo, tenso e confuso, formulado pelo autor em sua obra.

Recebido em: 08/2011

Publicado em: 05/2012.

1 Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Bolsista da Universidade Federal do Paraná. Email: diogosr@yahoo.com.br